

PROJETO DE LEI Nº. 074/2018, DE 08 DE OUTUBRO DE 2018.

Altera a redação dos incisos III e IV do art. 14 da Lei Municipal nº. 1.791, de 26 de março de 2002 e dá outras providências.

Art. 1º. Altera os incisos III e IV do Art. 14, da Lei Municipal nº 1.791, de 26 de março de 2002, os quais passam a ter a seguinte redação:

“Art. 14. [...].

I. [...].

II. [...].

III. A contribuição previdenciária, de caráter compulsório, de todos os Órgãos e Poderes do Município, incluídas suas autarquias e fundações, na razão de **14,17%** (quatorze virgula dezessete por cento), a título alíquota normal, incidente sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, em disponibilidade remunerada, inativos e pensionistas nos termos dos incisos I e II, **com aplicação no período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019**, permanecendo vigente no ano de 2018, a alíquota de 13,45% (treze virgula quarenta e cinco por cento) até 31 de dezembro de 2018.

IV. Adicionalmente à contribuição previdenciária patronal prevista no inciso III, todos os órgãos e poderes do Município, incluído suas autarquias e fundações, **a título de recuperação do passivo atuarial e financeiro**, contribuirão com alíquotas incidentes sobre a totalidade da remuneração de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas, nos termos dos incisos I e II, na razão de:

- a. período de janeiro de 2018 até dezembro de 2018, alíquota de 25,85%;
- b. período de janeiro de 2019 até dezembro de 2019, alíquota de 29,30%;
- c. período de janeiro de 2020 até dezembro de 2020, alíquota de 32,39%;
- d. período de janeiro de 2021 até dezembro de 2021, alíquota de 36,35%;
- e. período de janeiro de 2022 até dezembro de 2022, alíquota de 38,90%;
- f. período de janeiro de 2023 até dezembro de 2023, alíquota de 42,33%;
- g. período de janeiro de 2024 até dezembro de 2024, alíquota de 45,00%;
- h. período de janeiro de 2025 até dezembro de 2025, alíquota de 48,00%;
- i. período de janeiro de 2026 até dezembro de 2026, alíquota de 51,00%;
- j. período de janeiro de 2027 até dezembro de 2042, alíquota de 54,49%.

Art. 2º. Revoga a Lei Municipal nº. 3.628, de 08 de novembro de 2017.

Art. 3º. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 08 de outubro de 2018.

Gerri Sawaris
Prefeito Municipal

Exposição de Motivos
Projeto de Lei nº. 074/2018.

Excelentíssimo Senhor Presidente,
Senhores Vereadores:

Encaminhamos a esta Casa Legislativa o Projeto de Lei nº. 074/2018, que altera os incisos III e IV do art. 14 da Lei Municipal nº. 1.791, de 26 de março de 2002 e dá outras providências.

Submetemos a apreciação de Vossas Excelências o presente projeto de lei, que tem por finalidade adequar as alíquotas de contribuição de caráter compulsório do ente federativo a qual entrará em vigor na data de 1º de janeiro de 2019, na proporção de **29,30% a título de recuperação do passivo atuarial e financeiro e 14,17% referente à parte patronal** para o ano de 2019.

Para possibilitar maiores esclarecimentos, segue em anexo cópia do Cálculo Atuarial do RPPS – Regime Próprio de Previdência Social do Município de Constantina realizado no ano de 2018 para conhecimento e análise.

Face ao exposto, contamos com o apoio e compreensão dos Senhores Vereadores na aprovação deste Projeto de Lei.

Gabinete do Prefeito Municipal de Constantina, em 08 de outubro de 2018.

Gerri Sawaris
Prefeito Municipal